



Chrys Chrystello*

Tragédias sem culpados

Nas últimas semanas o mundo foi surpreendido por um desastre sem paralelo com um funicular (Elevador da Glória) onde alegadamente um cabo se rompeu e os sistemas complementares de segurança (travões, etc.) não funcionaram. Nunca tinha acontecido uma falha idêntica. Agora seguir-se-ão inquéritos internos, externos, da PJ e sabe-se lá quem mais, mas posso enganar-me mas conta a História que em Portugal todas as tragédias (as que vão e as que não a tribunal) terminam sempre sem culpados.

Foi assim na tragédia da Ponte de Entre-os-Rios (2001, 59 mortes) em que o Tribunal de Castelo de Paiva absolveu os seis engenheiros acusados pelo Ministério Público de não terem feito o que estaria o seu alcance para evitar o colapso da ponte de Entre-os-Rios. Ninguém fica assim responsabilizado criminalmente pelo maior acidente rodoviário de Portugal, em número de mortos. Da decisão decorre que “caí” o processo civil associado, em que Estado, Segurança Social e famílias reclamavam aos arguidos um total de 13,117 milhões de euros. Os técnicos vinham acusados de não terem feito o que estaria ao seu alcance para evitar o colapso da ponte. No acórdão de 551 páginas, afirma-se que a Justiça “só podia pronunciar-se face à prova produzida em tribunal”. De tudo isto, resultou claro para o tribunal que não existiu a alegada violação das regras técnicas, imputada pelo Ministério Público aos seis arguidos. O tribunal criticou os dois grupos de peritos chamados a colaborar com a Justiça, referindo ter sido “evidente e seguro” que revelaram incapacidade para se colocarem ao tempo dos factos, “com muito menos informação e sem que as coisas tivessem acontecido”...

Depois temos outra tragédia em Pedrógão Grande que contabilizou 63 mortos e 44 feridos. O Tribunal da Relação de Coimbra confirmou a 25 de junho 2025, a absolvição dos 11 arguidos do processo dos incêndios de Pedrógão Grande, o coletivo de juízes da 1.ª instância absolveu o comandan-

te dos Bombeiros Voluntários de Pedrógão Grande, funcionários da antiga EDP Distribuição, atual E-Redes, e da Ascendi. A absolvição estendeu-se aos ex-presidentes das câmaras de Castanheira de Pera e de Pedrógão Grande, assim como ao atual presidente do Município de Figueiró dos Vinhos, Jorge Abreu. O antigo vice-presidente do Município de Pedrógão Grande e a então responsável pelo Gabinete Florestal desta câmara, foram, igualmente, absolvidos. Em causa estavam crimes de homicídio por negligência e ofensa à integridade física por negligência, alguns dos quais graves. No resumo do acórdão lê-se que “resultou provado que a generalidade dos óbitos verificados, designadamente na EN 236-1, e das lesões físicas sofridas, foram consequência direta do outflow convectivo e/ou do “downburst” verificado”. E que “foi a primeira vez que houve registo da ocorrência de tal fenómeno”, classificado como “pirometeorológico extremo, raro e imprevisível”. O coletivo de juízes dá como não provado que “os óbitos e ofensas à integridade física verificados tenham resultado, por ação ou omissão, da conduta de qualquer dos arguidos”. Isto foi mesmo um acórdão sério com palavras em língua estrangeira e tudo para que não restassem dúvidas sobre a sua seriedade.

Assim, resta-me a consolação de sempre que possível (em Portugal) ter evitado equipamentos como este que ora sucumbiu (sabe-se lá a que causas) e preferir a cobarde atitude de não experimentar sensações novas por mais turísticas e engraçadas que possam ser.

Lembrem-se sempre que em Portugal as tragédias ocorrem sempre sem culpados.

*Jornalista, Membro Honorário Vitalício nº 297713
MEEA-AJA (IFJ)



Carlos Caetano Martins*

Cancelamento do Bom e do Bem

Falhamos enquanto sociedade. Falhamos em transmitir valores de união enquanto povo. Falhamos em ensinar as pessoas a não serem manipuláveis. Falhamos em utilizar a escola pública para aquilo que deveria ser a sua principal função: formar cidadãos capazes de pensar, questionar e interpretar o que ouvem.

Precisamos de uma sociedade culta, não apenas em fórmulas matemáticas ou equações químicas, mas sobretudo em pensamento crítico. Só assim se combate o populismo que grassa em setores da nossa política, tanto à esquerda como à direita. Só assim se evita cair no “conto do vigário” de quem manipula factos, distorce números e vende ilusões impossíveis: milhares de viagens em poucos anos, festas inventadas ou slogans que soam bem, mas não resistem a uma simples análise lógica.

Este é um dos grandes problemas de Portugal: em vez de formar cidadãos críticos, estamos a formar papagaios — ecoadores de opiniões alheias, sem nelas pensarem um minuto. Esta falta de *free thinkers* abre espaço para outro fenómeno cada vez mais preocupante: a cultura de cancelamento.

O cancelamento tornou-se uma arma política e cultural. A última vítima veio dos Estados Unidos da América: Jimmy Kimmel, famoso humorista e há mais de 20 anos apresentador de um talk show em prime time, foi suspenso pela própria network após uma tirada sobre o assassinato de Charlie Kirk. A ABC, prestes a realizar um negócio de 6,2 mil milhões de dólares, suspendeu preventivamente o programa, receosa de represálias da administração Trump. Bill Maher, antecessor de Kimmel no mesmo programa, já tinha sido cancelado depois de uma piada sobre o 11 de setembro de 2001. Maher, com uma vasta legião de fãs, costuma enfrentar a fúria tanto da esquerda progressista — por questionar dogmas ideológicos — como de setores da direita conservadora, que rejeitam as suas críticas às políticas da extrema-

direita. Mas a lista de cancelamentos é longa: J.K. Rowling, Dave Chappelle, Kevin Hart, Stephen Colbert, entre tantos outros. Carreiras postas em xeque não pelo que efetivamente disseram, mas pelo que outros interpretaram do que disseram — independentemente de estarem mais à esquerda ou à direita.

E aqui está o ponto crucial: **quando queremos proibir alguém de falar, já todos perdemos.**

Posso discordar de ti, posso até achar o que dizes moralmente repugnante, mas lutarei **com toda a minha força para que continues a ter o direito de o dizer.** Porque, se hoje alguém te cala, amanhã será a mim que alguém vai calar.

Tu és dono da tua boca. Eu sou dono dos meus ouvidos e da minha mente. Cabe-me a mim escolher o que ouço e cabe-me a mim discordar, refutar ou simplesmente desligar. **O que não me cabe é exigir que se cale quem pensa diferente de mim.**

A liberdade de expressão não existe para proteger o que é popular ou consensual. Existe precisamente para proteger o que é incómodo, o que desafia, o que provoca. **Quando trocamos a liberdade pela segurança do silêncio, ficamos entregues a uma sociedade infantilizada, incapaz de distinguir o trigo do joio, presa em bolhas de conformidade.**

Mais do que nunca, precisamos de cidadãos preparados para ouvir, pensar e discordar sem querer silenciar. Só assim teremos uma sociedade verdadeiramente livre.

* Engenheiro Técnico Sénior/
Dirigente da Iniciativa Liberal Açores